

6 com. Brasil 20 ABR 1988
Para este passo, Sarney já tem todo o apoio que precisa.

Aparentemente preocupado em assegurar apoio político para as impostergáveis medidas de ajuste destinadas a reduzir de maneira drástica o déficit público previsto para este ano (de 7 para 4% do PIB), o presidente Sarney está convocando todos os governadores de Estado para uma reunião a ser realizada na próxima semana em Brasília. Segundo o noticiário, o governador de Goiás, Henrique Santillo, recebeu do presidente da República a incumbência de obter o apoio dos demais governadores a um suposto plano sócio-econômico para o País, concebido para "amenizar a crise e assegurar a normalidade política-institucional até a sucessão presidencial".

Para preparar o encontro, o governador de Goiás discutirá as medidas de emergência com o ministro Mafson da Nóbrega ainda esta semana em Brasília e, de acordo com a versão de Santillo, o programa que o governo deve concluir nos próximos dias "será o resultado da proposta dos governadores"...

A nosso ver, não há nada de estranho na tentativa do presidente da República de buscar apoio entre os governadores para adotar remédios amargos, mas consideramos ridícula a idéia de "discutir" as medidas a serem tomadas com os governadores. Ademais, que conselho podem dar ao chefe da Nação gastadores eméritos como os srs. Orestes Quérzia e Newton Cardoso? O sr. Quérzia pode entender muito bem de televisão, já que hoje se transformou em um dos maiores anunciantes do País em suas noitadas fantásticas, nas quais a mentira é apresentada em cores com o dinheiro do contribuinte.

Além disso, não há nenhum mistério em relação às medidas a serem tomadas em caráter emergencial. Elas se resumem na redução das despesas de custeio da União e das empresas estatais, no corte de subsídios, na privatização de empresas estatais e na assinatura de um acordo definitivo com os credores externos que restabeleça a confiança interna e externa no País. Como bem disse o insuspeito economista Yoshiaki Nakano, ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda na gestão do sr. Bresser Pereira, está na hora de o Brasil tomar uma grande decisão, pois "o setor privado está pronto para assumir a liderança". Na opinião do economista, a única saída é "um entendimento amplo, no qual uma eleição é importante por abrir espaço. Espero que haja um líder que possa fazer um projeto nacional. Feito isto, o País voltará a crescer a um ritmo alucinante. O setor privado nacional está sem dívidas e louco para investir. E os consumidores passaram por longo período de contenção, e estão menos endividados. Quando se voltar a confiar, haverá as condições para crescer rapidamente. Há todas as condições dinâmicas para isso. É só remover os obstáculos (entre os quais está o déficit público, a dívida externa, a má distribuição de renda e a indexação)".

Estamos de acordo com essa visão otimista do ex-assessor econômico do ex-ministro Bresser Pereira, mas existe, a nosso ver, um obstáculo maior que os mencionados: as dificuldades de ordem política que impedem uma real abertura da economia brasileira para a economia internacional. Estamo-nos aproximando da última década do século XX, porém ainda continuamos atrelados a visões do mundo arcaicas, completamente superadas pela realidade. É isso que nos mantém afastados das verdadeiras respostas aos nossos dilemas econômicos, políticos e sociais.

Perdidos nos meandros de um nacionalismo utópico, fechamos os olhos ao que se passa no cenário mundial, apesar do esforço dos nossos maiores parceiros comerciais, que não cessam de nos acenar com sugestões e atos concretos inspirados pelo desejo de nos ajudar a vencer as diversas crises que nos atingem simultaneamente. Essa ajuda não é de caráter filantrópico. Ao contrário, é parte dos interesses maiores dos países mais desenvolvidos, como deixou bem claro o jornal Los Angeles Times em recente

análise que reproduzimos na pág. 10 do problema criado pelos elevados déficits comerciais americanos, focos permanentes de tensão nos mercados de câmbio internacionais. Para o jornal, essa questão só se resolverá no dia em que forem solucionados os problemas dos países endividados como o Brasil, o México e a Argentina, dando-lhes condição de abandonar seu presente estado de hibernação para voltar a comprar bens de capital e produtos de alta tecnologia produzidos pela economia norte-americana e pelas outras economias desenvolvidas.

Não é demais lembrar também que as economias dos países mais ricos estão saturadas e procuram-se expandir em outros mercados que ofereçam um mínimo de segurança e estabilidade aos investidores estrangeiros. E, para completar esse quadro favorável a uma abertura da economia brasileira para o resto do mundo, há a recente decisão do Fundo Monetário Internacional de alterar sua política de empréstimos para estimular o crescimento e aliviar a carga da dívida externa dos países em desenvolvimento.

Mesmo contra a vontade dos Estados Unidos, o FMI estuda fórmulas para baratear os seus empréstimos mediante o aumento do seu capital (atualmente de apenas 12,3 bilhões de dólares) e a elevação da liquidez internacional (emissão de Direitos Especiais de Saque). Embora o Comitê Interino do organismo tenha deixado esse tema para o futuro, houve acordo que permitirá a maior utilização do mecanismo de crédito ampliado para programas de ajuste econômico (que se tornarão mais flexíveis), cujo prazo será aumentado para três anos, em lugar dos 12 a 18 meses atuais do crédito stand by; e a modificação dos empréstimos compensatórios, que passarão a funcionar como um seguro contra as flutuações no valor das exportações ou importações e as bruscas elevações das taxas de juros. No caso do crédito ampliado, o prazo de resgate passará para quatro e meio a dez anos, em vez dos três a cinco anos hoje vigentes.

Enfim, está tudo pronto para o ingresso do Brasil no mundo moderno, para uma política que liberte a nossa economia dos grilhões ideológicos que a sufocam. As condições externas são as melhores possíveis (sobra poupança nos EUA, no Japão e na Europa), o setor privado apenas espera um clima de confiança para voltar a investir e a nossa economia ainda possui extrema vitalidade, como evidencia o bom desempenho das exportações de manufaturados e commodities agrícolas neste ano, apesar da sangria permanente provocada por um Estado obsoleto. Faltam apenas o presidente Sarney fazer o que precisa ser feito para melhorar a credibilidade do governo. Se este for o seu desejo, pode deixar os governadores em paz.